

relativos a pedidos de indemnização, que foram decididos em 11 de Junho e pagos em 13 de Julho.

Assim, em três semanas os requerentes viram fixadas as indemnizações a que tinham direito e um mês depois receberam a respectiva importância. Este ritmo foi mantido até Dezembro de 2002, momento em que apenas se encontravam por indemnizar os herdeiros de uma das vítimas, o que acontecia por motivos que só a eles eram imputáveis. Este último processo ficou, todavia, decidido em 24 de Maio de 2005, com as indemnizações fixadas por acórdão da comissão.

Foram decididos 50 processos relativos à totalidade das 59 vítimas, tendo sido fixadas indemnizações no valor total de € 6 319 434,41.

No momento em que a comissão se extingue, por esgotamento do seu objecto, cumpre dar público testemunho da dedicação, labor, proficiência e espírito de serviço público dos membros da comissão para determinação das indemnizações.

Recorde-se, ainda, que pelo despacho n.º 7138/2001 (2.ª série), de 20 de Março, o Primeiro-Ministro delegou no Ministro da Justiça, além do mais, competência para a fixação das condições remuneratórias e acessórias do exercício de funções de membro da comissão. Ora, todos os membros expressamente declararam prescindir do recebimento de qualquer remuneração, bem como do reembolso das despesas que suportaram, o que os torna credores de público reconhecimento e de particular registo por parte do Ministro da Justiça.

É esta dedicação, labor, proficiência e espírito de serviço público de cidadãos que, nem todos sendo servidores do Estado, entendo merecedor de público louvor.

Assim, louvo as seguintes individualidades:

Juiz conselheiro Mário Fernandes da Silva Cancela, que presidiu à comissão;
Dr. João Portugal;
Dr. Luís Neiva Santos;
Dr. José Pocinho dos Santos Baptista; e
Juiz conselheiro José Manuel Matos Fernandes.

Publique-se no *Diário da República* e comunique-se ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura, ao Provedor de Justiça, ao bastonário da Ordem dos Advogados e ao Instituto de Seguros de Portugal.

5 de Setembro de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 20 112/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Agosto de 2005:

Mário Miguel Rodrigues Mota Mateus, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — transferido para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, obtida a anuência do serviço de origem, com efeitos a 1 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, em substituição da Secretária-Geral, *Helena Borges*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 8145/2005 (2.ª série). — *Recrutamento de pessoal para funções de apoio administrativo (vinculado à função pública) MF — Requisição.* — 1 — Faz público que a Direcção-Geral dos Registos e do Notariado pretende recrutar, em regime de requisição, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, funcionários para exercerem funções de apoio administrativo nas Lojas do Cidadão de Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal.

2 — Requisito de admissão — ser funcionário público, preferencialmente da carreira de assistente administrativo, e pertencer a serviços da administração central.

3 — A remuneração mensal a atribuir é a correspondente à da categoria que detém, acrescida de um suplemento de efectividade.

4 — Os funcionários a requisitar estarão obrigados ao uso do uniforme próprio da Loja do Cidadão.

5 — Prazo para a candidatura — cinco dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

6 — Formalização da candidatura:

A candidatura é formalizada através de requerimento a remeter à Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, Direcção de

Serviços de Recursos Humanos, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, ou entregue na mesma morada, e, em qualquer caso, em envelope fechado com a indicação exterior «Requisição para a Loja do Cidadão de . . .»;

Do requerimento devem constar o nome, a naturalidade, a data de nascimento, o estado civil, as habilitações literárias, a categoria que detém, o tipo de vínculo e serviço a que pertence e o endereço do candidato, incluindo código postal e telefone de contacto e local da(s) Loja(s) a que se candidata;

O requerimento é obrigatoriamente acompanhado do *curriculum vitae* detalhado.

7 — Funções a exercer — atendimento ao público, instrução de processos e apoio administrativo geral.

8 — O horário de trabalho a praticar será determinado em função das necessidades específicas do serviço.

8 de Setembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 20 113/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Agosto de 2005 do director-geral:

Licenciada Auta da Conceição Figueiredo Poêjo Torres, educadora de infância do quadro dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de ministros, a exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, em regime de requisição — nomeada, em regime de substituição, directora do Centro de Formação dos Registos e do Notariado do quadro de pessoal desta Direcção-Geral. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 20 114/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada:

José Manuel Santos Araújo, enfermeiro graduado, escalão 1, índice 128, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Centro de Saúde de Vila do Conde e Modivas — transferido, com a mesma categoria, escala e índice, para o quadro de pessoal dos serviços externos desta Direcção-Geral, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2005.

24 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 20 115/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Junho de 2005, no exercício de competência delegada:

Armando Pereira Pinto, telefonista, escalão 8, índice 244, do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — transferido, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

25 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Rectificação n.º 1592/2005. — Por ter saído com inexactidão, faz-se público que, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2005, a p. 11 438, onde se lê «Maria de Fátima Ramos da Silva, enfermeira especialista, escalão 1, índice 222» deve ler-se «Maria de Fátima Ramos da Silva, enfermeira especialista, escalão 3, índice 175».

30 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Rectificação n.º 1593/2005. — Por ter saído com inexactidão, faz-se público que, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005, a p. 10 952, onde se lê «Maria Caeiro Gomes Tonaco Azeda [. . .] do quadro de pessoal do Instituto de Estradas de Portugal» deve ler-se «Maria Caeiro Gomes Tonaco Carne Azeda [. . .] do quadro de pessoal do Instituto das Estradas de Portugal».

30 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.